

A Internacional Comunista e a “questão colonial” (1919-1922)

CARLOS PRADO*

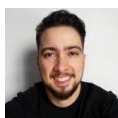
Resumo: Ao longo dos quatro primeiros congressos da III Internacional a revolução para além do mundo Europeu foi pensada a partir da chamada “questão colonial”. Os debates se centraram na caracterização das lutas no oriente, mas também se teceu considerações importantes sobre o continente latino americano. A luta destes povos foi apresentada então, como uma luta pela “libertação nacional”, contra a ação imperialista e contra as burguesias nacionais que estavam associadas a burguesia internacional. O objetivo desse artigo é, a partir da análise da “questão colonial”, investigar como a Comintern interpretava a revolução nestes países. A discussão se restringirá aos textos produzidos entre 1919 e 1922, período que corresponde aos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista.

Palavras-chave: Internacional Comunista; Questão Colonial; Revolução; Imperialismo.

The International Communist and the "colonial question" (1919-1922)

Abstract: Throughout the first four congresses of the Third International the revolution beyond the European world was thought from the so-called "colonial question". The debates centered on the characterization of the struggles in the East, but important considerations were also made about the Latin American continent. The struggle of these peoples was then presented, as a struggle for "national liberation", against imperialist action and against the national bourgeoisies that were associated with the international bourgeoisie. The purpose of this article is, from the analysis of the "colonial question", to discuss how the Comintern interpreted the revolution in these countries. The discussion will be restricted to the texts produced between 1919 and 1922, a period that corresponds to the first four congresses of the Communist International.

Key words: Communist International; Colonial question; Revolution; Imperialism.



* CARLOS PRADO é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); doutorando em História na Universidade Federal Fluminense (UFF/PPGH).

Em 1917, a revolução triunfou na terra dos czares e deu uma nova perspectiva para o movimento operário no mundo todo. É muito difícil medir o impacto que a Revolução Russa teve, mas não é nenhum exagero dizer que sua influência foi além da Europa, alcançando até mesmo a América Latina. Afinal, foi no início da década de 1920 que surgiram os primeiros partidos comunistas no continente. Após a insurreição de outubro, sabendo que a revolução não poderia permanecer isolada, uma das grandes preocupações dos bolcheviques foi a construção de uma nova Internacional. Afinal, desde a capitulação dos partidos social democratas em 1914, quando votaram a favor do crédito para a guerra, a organização estava morta. Assim, em 1919, num pequeno congresso se proclamou a fundação da III Internacional, a Internacional Comunista (Comintern), que nascia no rastro da Revolução Russa e sob sua influência.

A perspectiva era reorganizar o movimento operário internacional, principalmente o europeu, que ainda vivia uma crise revolucionária no período pós-guerra. Mesmo assim, o debate sobre a revolução em outros continentes se fez presente, especialmente por meio da chamada “questão colonial”. Ao se discutir esta problemática o foco principal eram os países orientais, Índia e China, especialmente. Mas no início da década de 1920, a Comintern também publicou alguns pequenos textos sobre a revolução no continente americano.

A discussão se restringirá aos textos produzidos entre 1919 e 1922, período que corresponde aos quatro primeiros congressos da Comintern, aqueles que antecederam o processo de stalinização. No plano metodológico realizou-se um

levantamento dos textos pertinentes a problemática.

Verificou-se que a discussão sobre a “questão colonial” se iniciou no *Manifesto da Internacional Comunista aos proletários do mundo inteiro*, redigido por Trotski, em 1919, no qual o tema foi abordado de forma ligeira. Posteriormente, durante o II Congresso da Comintern, em 1920, esta problemática esteve no centro da discussão entre Lenin e Roy, que lançaram as bases teóricas fundamentais sobre os chamados países coloniais. Já em 1921, outro texto, assinado pelo Comitê Executivo da Comintern, intitulado *Sobre a revolução na América*, introduziu o continente americano no debate.

A “questão colonial” esteve fora do III Congresso, mas retornou no IV, em 1922, quando os países coloniais apareceram de forma complementar e superficial nas *Teses sobre as táticas da Comintern*. Por fim, selecionou-se o artigo *Aos operários e camponeses da América do Sul*, texto de 1923, que aborda a influência do imperialismo norte americano no continente. O objetivo do presente artigo é, a partir da análise destes textos examinar como a “questão colonial” foi discutida no interior da Internacional e como ela contribuiu para interpretação da revolução para além do continente europeu.

A “questão colonial” nos dois primeiros congressos da Comintern

O I Congresso se reuniu entre os dias 2 e 6 de março de 1919. Nesse primeiro momento, a questão em torno dos chamados “povos coloniais” foi tratada superficialmente. Afinal, essa problemática estava longe de ser um tema central na pauta dos poucos delegados. A Europa ainda estava num

período de crise revolucionária. A Primeira Guerra acabara de terminar e a instabilidade econômica e política ainda era marcante, principalmente na Alemanha. Assim, os principais temas tratados giraram em torno da própria fundação da III Internacional e dos conceitos de “democracia burguesa” e “ditadura do proletariado”. Por conseguinte, a questão dos “povos coloniais” foi abordada de forma breve no documento intitulado, *Manifesto da Internacional Comunista aos proletários do mundo inteiro*, redigido por Trotski.

De maneira geral, os continentes americano, africano e asiático não foram tratados com centralidade. Eles só apareceram quando se analisou a expansão imperialista e a divisão de diversas regiões entre as potências centrais. Considerou-se que esses povos foram “arrasados e violentados”, condenados a uma produção econômica em favor das necessidades da sua metrópole. A guerra imperialista se caracterizou pelas disputas por colônias, pelo controle de um mercado mundial e por matérias-primas. Todavia, apontou o manifesto, com o advento do conflito mundial, as colônias também se levantaram e surgiu “uma série de revoltas ou movimentos revolucionários em todas as colônias” (TROTSKI, 1919). Assim, Trotski lançou uma breve análise sobre a luta operária nessas regiões:

A libertação das colônias não se dará ao mesmo tempo que a libertação da classe operária das metrópoles. Os operários e os camponeses não somente de Annam, Argélia ou Bengala, mas também da Pérsia e da Armênia, não poderão desfrutar de uma existência independente antes que os operários da Inglaterra e da França, depois de terem derrubado

Lloyd George e Clemenceau, tomem em suas mãos o poder governamental. (TROTSKI, 1919).

De acordo com estas premissas, a libertação das colônias só seria possível num momento posterior às revoluções operárias nas metrópoles. Tal concepção colocou o movimento revolucionário nas colônias numa perspectiva secundária. A libertação dos povos coloniais foi apresentada como uma consequência das revoluções europeias. Estes povos deveriam ficar à espreita, aguardando o desenvolvimento do movimento operário europeu. A argumentação segue afirmando que:

Se a Europa capitalista arrastou atrás dela os partidos mais atrasados do mundo no turbilhão das relações capitalistas, a Europa socialista, por seu turno, virá socorrer as colônias libertadas com sua técnica, sua organização, sua influência moral, a fim de abrir passagem à vida econômica regularmente organizada pelo socialismo. (TROTSKI, 1919).

Essa passagem reafirma o papel secundário da luta nos países ditos coloniais. Partia-se do pressuposto que o socialismo se desenvolveria primeiro na Europa e depois nas outras regiões do planeta. Neste primeiro momento, não se produziu nenhuma análise autônoma dos povos ditos coloniais, eles só apareceram em função da ação imperialista. Não se apresentou nenhum conceito ou caracterização desses povos. Apenas a partir do II Congresso começou a se discutir melhor essa problemática e se apresentou um exame mais atento sobre os chamados “povos coloniais”.

Debates sobre a questão nacional e colonial

Se nas resoluções do I Congresso, as lutas de libertação dos povos oprimidos

apareceram em segundo plano, no II Congresso a reflexão já foi mais descentralizada. Lenin elaborou o texto que foi levado para o debate. Ele apresentou 12 teses que expunham a problemática em torno das colônias como uma questão nacional. O indiano Manabendra Nath Roy¹, delegado do Partido Comunista do México também contribuiu. Ele conhecia melhor algumas especificidades que estavam além da percepção do líder bolchevique. A partir da sua exposição, as teses preliminares, elaboradas por Lenin, sofreram algumas modificações, pequenas, mas substanciais e foram acrescidas por 9 teses suplementares, elaboradas por Roy.

Destacamos a 11ª tese, direcionada especialmente “aos estados e nações mais atrasados, em que as relações feudais ou patriarcais predominam” (LENIN, 1920). Nesta tese, Lenin estabeleceu 6 pontos de ação para os PCs. O primeiro e o quinto são os mais relevantes, pois se estabelece “que todos os partidos comunistas devem auxiliar o movimento de libertação *democrático-burguês* nestes países” (LENIN, 1920). Assim, os PCs deveriam atuar como forças auxiliares do movimento de libertação nacional que era caracterizado como “*democrático-burguês*”. Posto dessa forma, as burguesias nacionais apareciam como prováveis aliados dos movimentos revolucionários.

No quinto ponto se reafirmou que “a IC deve apoiar os movimentos *democrático-burgueses* em países

coloniais” (LENIN, 1920), mas se estabeleceu uma condição. Lenin afirmou que estes “futuros partidos proletários” deveriam se preparar para em breve atuarem na “luta contra os movimentos *democrático-burgueses*”, pois os partidos filiados à Comintern deveriam “entrar numa aliança temporária com a *democracia burguesa* nos países coloniais e atrasados, mas não deveriam fundir-se com ela” (LENIN, 1920). Admitia-se alianças com os movimentos democráticos, o que pressupunha a burguesia. Mas as condições dessa aliança já apontavam para o futuro rompimento, pois já se indicava que os comunistas deveriam, num segundo momento, combater o movimento *burguês-democrático*. Tratava-se de uma aliança temporária, durante a qual se deveria “defender a independência do movimento proletário, mesmo que seja na sua forma mais embrionária” (LENIN, 1920).

Todavia, a versão final, modificada por Lenin, apresentou uma pequena alteração. Se inicialmente afirmou-se que o dever dos comunistas era auxiliar o movimento “*democrático-burguês*” de libertação, na versão final se falou apenas em apoiar os movimentos revolucionários de “libertação”, sem a caracterização de “*democrático-burguês*”. Acreditamos que essa alteração se deu para impedir a conciliação com as burguesias nacionais.

Passemos agora a consideração das teses suplementares de Roy. Ele apresentou uma interpretação das relações econômicas imperialistas bastante diferente das teses apresentadas no I Congresso. Em sua concepção, as potências europeias só conseguiram alcançar um alto desenvolvimento econômico devido ao domínio colonial, ou seja, à custa da exploração dos

¹ “Manabendra Nath Roy, 31 anos, nascido Narendra Nath Bhattachary, é um ex-nacionalista e terrorista, que trabalhou com o governo alemão durante a guerra, depois passou um tempo nos EUA. Refugiado no México depois de uma prisão, ele se liga aos rebeldes apelidados de *slackers*, que serão o núcleo comunista neste país”. (BROUÉ, 2007, p. 343).

recursos materiais de outras nações. “O capitalismo Europeu retira a sua força não tanto dos países industrializados da Europa como a partir das suas possessões coloniais. A sua existência depende do controle de extensos mercados coloniais” (ROY, 1920). Roy citou o caso inglês, afirmando que a sua produção em alta escala não encontraria procura suficiente se não fossem as possessões coloniais, que eram essências para o escoamento de mercadorias e para fornecimento de matérias-primas. Sem o mercado colonial, “a ordem capitalista na Inglaterra há muito que teria entrado em colapso” (ROY, 1920). Em sua interpretação, a lógica imperialista-colonial não escravizava e explorava apenas milhares de trabalhadores dos países oprimidos, mas também fundamental para manutenção do proletariado britânico.

Se nas teses do I Congresso se afirmou que as revoluções no mundo desenvolvido eram uma condição preliminar para a libertação dos povos oprimidos, Roy parece inverter essa lógica. Em sua concepção: “Os super lucros feitos nas colônias formam uma das principais fontes de recursos do capitalismo contemporâneo. A classe operária europeia só terá êxito em derrubar a ordem capitalista se esta fonte for finalmente eliminada” (ROY, 1920). Em sua análise eram os trabalhadores europeus que dependiam da “libertação nacional” dos países colonizados, pois o fim das possessões estrangeiras resultaria em um grande impacto na base econômica imperialista, o que provocaria uma grave crise e colocaria a revolução na ordem do dia.

Para o delegado indiano, as colônias permitiam que os trabalhadores desses países imperialistas gozassem de alguns

benefícios; “Como resultado da exploração do imperialismo, a população colonial europeia está em condições de conceder à aristocracia operária na Europa uma série de concessões” (ROY, 1920). As vantagens econômicas conferidas ao proletariado dos países industrializados no período anterior à guerra, viabilizado pelas políticas reformistas, só foram possíveis graças aos grandes lucros alcançados pela exploração colonial.

Em 1920, a Comintern ainda esperava que em pouco tempo a revolução proletária ocorresse na Alemanha ou em outro país do ocidente europeu. O foco da luta revolucionária permanecia no velho continente. Roy afirmou que era preciso descentralizar essa luta, ampliar as zonas de influências e passar a atuar de forma mais decisiva em conjunto com os povos coloniais. “A Internacional Comunista deve entrar em conexão muito próxima com as forças revolucionárias que estão atualmente participando na derrubada do imperialismo nos países política e economicamente oprimidos” (ROY, 1920). Para ele, a colaboração da Comintern com os movimentos de libertação nacional era imprescindível para o avanço da revolução mundial.

Sobre o processo de luta dos povos coloniais, Roy afirmou que o primeiro momento se caracterizava pelo fim da colonização, pelo fim do domínio imperialista. Todavia, acrescentou que: “A luta para derrubar a dominação estrangeira nas colônias não significa, portanto, subscrever os objetivos nacionais da burguesia nacional, mas sim abrir o caminho para a libertação do proletariado das colônias” (ROY, 1920). A luta não poderia estar submetida ou restrita ao ideário da burguesia nacional.

Roy identificou dois movimentos bem distintos que lutavam contra a opressão

imperialista: “Um deles é o movimento *democrático-burguês nacionalista*, que prossegue o programa de libertação política com a conservação da ordem capitalista, o outro é a luta dos camponeses despojados pela sua libertação de todo o tipo de exploração” (ROY, 1920). Interessante observar que Roy não citou um movimento estritamente operário. Ele compreendia que nos países coloniais, ainda não havia uma classe operária suficientemente desenvolvida e, tampouco, uma vanguarda².

Identificando a luta da burguesia nacional e dos camponeses, ele afirmou que o primeiro movimento tentaria influenciar e controlar o segundo, mantendo as reivindicações no marco de uma luta que não estabelecesse rompimentos com a lógica do capital. Por conseguinte, “a Internacional Comunista deveria lutar contra tal controle e pelo desenvolvimento da consciência de classe das massas trabalhadoras das colônias com o objetivo da derrubada do capitalismo estrangeiro” (ROY, 1920). Para Roy, a Internacional deveria ampliar e aprofundar os contatos com os movimentos revolucionários nas colônias, incentivar a formação de novos partidos comunistas e orientá-los a desenvolver uma luta independente do nacionalismo burguês.

As teses de Roy apresentam uma lógica questionável, pois toda a luta nas colônias pressupunha um movimento

pela independência nacional. Essa concepção parte principalmente de uma análise mecânica do conceito de imperialismo. A grande questão é que nos países latino-americanos, por exemplo, não havia um movimento de “libertação nacional”. Apesar da grande influência do capital financeiro inglês e norte-americano, não se constituiu um movimento anti-imperialista de base burguesa ou camponesa. A burguesia nacional estava muito mais associada ao capital internacional do que lutando contra ele. Assim, toda a estratégia é traçada a partir de uma avaliação que parece não se sustentar historicamente. E ao mesmo tempo em que se fala do movimento de “libertação nacional” se deixa de lado outras forças, como os socialistas e os anarcossindicalistas que atuavam junto à classe operária, desde o início século XX, no Brasil, Argentina, Uruguai e outros países do continente.

A análise de Roy ainda apontou que os países coloniais foram impedidos pelos interesses das metrópoles de desenvolverem sua economia, seu mercado interno e sua indústria. Nessas condições de baixo desenvolvimento, a luta nas colônias não deveria ter um caráter imediatamente socialista: “No primeiro período, a revolução nas colônias não será comunista, mas se desde o início a vanguarda comunista surgir na liderança das massas revolucionárias, elas serão levadas pelo caminho correto” (ROY, 1920). Fica evidente a preocupação em afirmar que a direção não deveria caber as forças burguesas, mas aos comunistas: “Na primeira fase do seu desenvolvimento, a revolução nas colônias deve ser efetuada de acordo com o programa de reivindicações puramente pequeno burguês, como a distribuição de terra e assim por diante” (ROY, 1920). As ações permaneceriam no marco de um projeto “democrático burguês”. Mesmo

² “Graças às políticas imperialistas cujos esforços são direcionados para impedir o desenvolvimento industrial nas colônias, o proletariado nativo só existe desde muito recentemente. As dispersas indústrias caseiras locais deram lugar às indústrias centralizadas dos países imperialistas. Como resultado, a vasta maioria da população foi forçada a dedicar-se à agricultura e à exportação de matérias-primas no exterior” (ROY, 1920).

diante de uma revolução burguesa e democrática, Roy defendeu a formação de conselhos operários, nos moldes dos soviéticos. Assim, as teses se encerram afirmando que: “Esses conselhos devem trabalhar da mesma maneira como o fazem as repúblicas Soviéticas nos países capitalistas avançados a fim de acelerarem a queda final da ordem capitalista em todo o mundo” (ROY, 1920).

Os debates sobre a “questão colonial” foram muito interessantes no II Congresso e as contribuições de Lenin e Roy fizeram com que a problemática realmente avançasse. A problemática em torno das relações com o movimento democrático era o tema central dos debates e foi onde verificamos uma grande mudança de perspectiva. Estas teses podem ser consideradas a gênese da estratégia geral da Comintern sobre os chamados “povos coloniais”.

A América Latina entra em cena

Meses após ocorrer o II Congresso, em janeiro de 1921, a revista de divulgação dos materiais da Comintern, *L'Internationale Communiste*, publicou um artigo intitulado “Sobre la revolución en America; Llamamiento a la classe obrera de las Américas”. Este foi o primeiro texto que tratou de forma específica a questão da revolução na América Latina. Também é interessante observar que o artigo não é assinado por nenhum membro, mas apenas por Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC). Desta forma, não é possível saber qual ou quais membros foram os responsáveis pela elaboração do documento.

Antes de tratar propriamente do texto, vale destacar que as primeiras investidas dos soviéticos no continente se deram por meio do envio de emissários do partido que tinham a

missão de divulgar a III Internacional, fazer contatos e investigar a realidade socioeconômica do continente. Sobre essas expedições exploratórias, Broué (2007, p. 336) destaca suas fragilidades: “Estes homens não estavam minimamente preparados para esse tipo de missão em países dos quais eles ignoravam tudo”. Ainda mais complicado do que o despreparo para compreender uma realidade tão estranha é a visão eurocêntrica que carregavam:

Eles tinham com relação aos latino-americanos os mesmos preconceitos que tinham os pequeno-burgueses brancos da Europa para com os “negros”. Depois de relevar como traços gerais desses países o caráter inacabado de suas nações; a ausência de consciência e classe; a tendência a imitar a Europa, um deles explica em seu relatório de viagem que “a condição social da população é tão primitiva que não podemos não compará-la com a dos negros” (BROUÉ, 2007, p. 336).

Persistia entre os soviéticos uma percepção eurocentrista que se refletia numa análise carregada de preconceitos.³ Muito provavelmente estes relatórios foram levados em consideração quando se elaborou o texto sobre a revolução na América. A primeira parte do artigo, intitulada “América do Sul, base colonial do imperialismo americano”, apresenta uma análise pautada na influência da economia imperialista norte-americana sobre o restante do continente. A análise é bastante enfática em suas afirmações e carece de sustentação histórica que possa respaldar as suas afirmações.

³ Sobre o relatório de Abramson, Pinheiro (1991, p. 30) em convergência com Broué, afirma que: “Relaciona a nacionalidade de origem, às vezes com tintas racistas, às características da prática sindical ou política anterior dos imigrantes europeus.”

O texto toma como ponto de partida, o crescimento da economia norte-americana no período pós-guerra, transformando os EUA em uma verdadeira potência imperialista. E, de forma similar ao texto de Roy, afirma que o imperialismo se sustenta da exploração colonial. Assim, os países latino-americanos são apresentados como “dependentes”, “subordinados”, “tutelados”, verdadeiras “colônias” do seu vizinho imperialista do norte:

Os povos sul-americanos enganam-se de forma ridícula quando falam de sua independência. No período imperialista, não se pode falar de independência para os povos pequenos: estão reduzidos a uma dependência vassala com relação aos grandes Estados. (COMITÊ *Apud* Löwy, 1999b, p, 77).

O CEIC destaca o papel desempenhando pela “Doutrina Monroe”⁴ para que se efetivasse a hegemonia norte-americana em todo o continente. Quando o presidente James Monroe lançou a concepção de que os Estados Unidos não aceitariam intervenções dos países europeus no continente ele não estava reconhecendo a soberania e independência de cada nação. Ao contrário, Monroe está tentando garantir o domínio norte-americano no continente. Tal doutrina foi sofrendo algumas adaptações e se tornou cada vez mais agressiva e intervencionista, principalmente a partir das políticas de Roosevelt e Wilson.

Já na segunda parte, intitulada, “A revolução Americana”, encontramos

uma discussão breve sobre questões estratégicas e táticas. Em sintonia com as discussões do II Congressos, não se propõe uma aliança com a burguesia nacional. Também não aparece a denominação de revolução “democrático-burguesa” ou de “libertação nacional”, mas ela também não é caracterizada como imediatamente socialista. Para o CEIC o primeiro passo nesse processo seria a formação de partidos comunistas que deveriam ter “um programa claro e preciso, que crie uma agitação clara a favor dos princípios e da tática revolucionária” (COMITÊ *Apud* Löwy, 1999b, p, 80). Mas qual é o programa para esses países subordinados ao imperialismo norte-americano? O documento apresentou breves considerações táticas, mas deixou a questão em aberto.

Ao analisar as condições econômicas da região, a Comintern estabeleceu que com uma indústria ainda em formação, o cerne das disputas econômicas se dava no campo. “O problema agrário é um problema capital. Na América do Sul, a economia agrícola ocupa o primeiro lugar” (COMITÊ *Apud* Löwy, 1999b, p, 80). Com a ausência de um parque industrial e um proletariado forte e influente, a luta revolucionária passava pela luta dos camponeses pobres, pequenos proprietários ou proletarizados. A aliança revolucionária entre a classe operária nascente e o campesinato foi apresentada como indispensável. “O partido comunista tem de penetrar entre os camponeses. Não com fórmulas e teorias abstratas, mas com um programa prático, capaz de incitá-los a atacar os grandes latifundiários e os capitalistas” (COMITÊ *Apud* Löwy, 1999b, p, 81).

Outro ponto a se destacar é que para a Comintern, um processo revolucionário

⁴ As ideias fundamentais dessa Doutrina foram lançadas pelo presidente norte-americano James Monroe em dezembro de 1823. Em um discurso no congresso, ele falou aos parlamentares que o Estados Unidos reconhece a hegemonia de cada país independente do continente americano e que não aceita intervenções europeias que buscassem retomar o processo de colonização.

na América do Sul, deveria necessariamente ser combinado com uma revolução na América do Norte. “A união com o movimento revolucionário dos Estados Unidos complementaria a unidade do movimento revolucionário da América do Sul. Esta unidade é questão de vida ou morte” (COMITÉ *Apud* Löwy, 1999b, p, 82). Essa união seria indispensável porque se compreende que um processo revolucionário nos países latino-americanos não passaria despercebido pelo imperialismo e uma intervenção não tardaria a se efetivar. Nesse sentido, só uma revolução no cerne do imperialismo poderia impedir que a contrarrevolução vencesse.

Da mesma forma que se pensava a revolução russa combinada com a Alemã ou com outros países desenvolvidos se estabelece a necessidade de a revolução nesses países menos desenvolvidos impulsionar a revolução em um país mais desenvolvido. O movimento parte da nação mais explorada, colonizada e atinge o Estado explorador, imperialista. Aqui mais uma vez percebemos semelhanças com as considerações elaboradas por Roy sobre o desenvolvimento revolucionário nos países coloniais.

Em síntese, o texto revela uma análise frágil e deficitária do continente. Neste período, a Comintern ainda não tinha muitas informações para desenvolver uma avaliação mais detalhada, discutindo a realidade de cada país ou suas especificidades. Os partidos comunistas ainda estavam em formação e não havia boas referências a partir das quais poderiam construir uma análise minuciosa. Por conseguinte, muitas das orientações se baseavam em linhas gerais.

O III Congresso e o silêncio sobre a “questão colonial”

A avaliação da tática comunista foi um dos temas centrais durante o III Congresso da Comintern junho de 1921. Era possível manter uma luta ofensiva? A revolução ainda estava na ordem do dia na Europa pós-bélica? Desde a sua criação era o primeiro momento em que os dirigentes do primeiro escalão faziam uma análise negativa sobre o movimento operário internacional. A revolução que era esperada para qualquer momento, começava a sair dos objetivos imediatos.

Lenin indicou que antes da luta pelo poder, a tarefa dos partidos deveria ser a conquista da maioria dos trabalhadores para a causa comunista. Era preciso combater o perigo da “teoria da ofensiva” e impedir que os partidos continuassem realizando investidas temerárias. Antes de chamar uma greve geral ou de preparar uma insurreição, era preciso conquistar influência sobre as massas, ter o apoio da classe trabalhadora.

A bibliografia pertinente ressalta que o III Congresso marcou a primeira grande virada na política da Comintern. A tática que visava à derrubada imediata do Estado foi abandonada em pró de uma nova concepção, na qual a tomada do Estado não é esquecida, mas é pensada para um momento posterior. A tarefa imediata passou a ser uma aproximação com a classe trabalhadora. “¡A las masas! Así como los intereses generales del movimiento comunista exigen que la Internacional Comunista y sus secciones apoyen la consigna de La unidad del frente proletario y encarnen su realización” (COMITÉ, 1921). Ao contrário dos congressos anteriores que traziam a palavra de ordem da “ditadura do proletariado” e a luta pela tomada do poder num primeiro plano, a “frente

única” abandonou essa linha política ofensiva.

A tática da frente única foi adotada em um período de grandes transformações no Estado Soviético. O ano de 1921 foi marcado pelo fim da guerra civil e consequente consolidação das forças revolucionárias em território russo. Mas apesar da vitória contra o exército branco, o cenário econômico era catastrófico. A indústria nacionalizada estava imobilizada e a produção agrícola havia recuado. Foi nesse contexto de reestruturação que surgiu a Nova Política Econômica (NEP) tendo como objetivo reorganizar a economia russa. Em linhas gerais, se privilegiou a produção agrária e reintroduziu princípios do livre mercado. Era preciso incentivar o campo a produzir para que as cidades não morressem de fome. Esse plano que trouxe concessões ao camponês e reintroduziu o livre mercado foi aprovado no X Congresso do Partido em 1921.⁵

Outro ponto importante que está em relação direta com a adoção da NEP foi o restabelecimento das relações soviéticas com o mundo ocidental. Durante o auge da guerra civil a Rússia permaneceu isolada. Mas a partir de 1920 começaram a se desenvolver tentativas para se restabelecer os contatos para fins mercantis. Diante da penúria e escassez de diversos produtos, os russos não poderiam negligenciar a possibilidade de trocas comerciais com os países capitalistas. Após algumas negociações, a Sociedade Cooperativa de Todas as Rússias (ARCOS) foi registrada em Londres. Em 16 de março

de 1921, logo após o lançamento da NEP foi assinado o acordo comercial anglo-soviético.

O contrato teve o intuito de retirar os obstáculos para as trocas comerciais. Mas por trás das questões meramente econômicas, havia uma cláusula política determinante para a Comintern. O governo britânico impôs a condição de que ambos os governos devessem se comprometer em abster da ação e da propaganda direta ou indireta contra a outra. Mencionou-se que o Estado soviético devesse abster de qualquer “ação ou propaganda para estimular qualquer um dos povos asiáticos e qualquer forma de hostilidade contra os interesses britânicos ou o Império Britânico” (CARR, 1981, p. 48).

Por conseguinte, no III Congresso da Comintern que ocorreu logo após a introdução da NEP e do acordo anglo-soviético o problema das revoluções no mundo colonial oriental não foi debatido. Pelo acordo, a Rússia deveria evitar toda iniciativa que influenciasse os povos asiáticos a se levantarem contra o domínio do império britânico. A ausência dos debates sobre o tema parece evidenciar que os soviéticos não queriam, naquele momento, se indispor com os ingleses.

O IV Congresso e o chamado aos países latino-americanos

O IV Congresso, em novembro de 1924, foi o primeiro sem uma participação ativa de Lenin. As resoluções apresentadas, especialmente as *Teses sobre as táticas da Comintern* reafirmaram a linha geral aceita pelo congresso anterior. Considerou-se que as táticas da Internacional foram completamente confirmadas pelo curso dos acontecimentos. Para os países coloniais e semicoloniais a Comintern apresentou poucas considerações. As

⁵ “Quando Lenin apresentou ao congresso a resolução que encerrava as propostas da NEP, o debate foi apenas formal. O desencanto com o comunismo de guerra era geral, e a crise era demasiado aguda para permitir demoras” (CARR, 1981, p. 38).

tarefas aos partidos comunistas destas regiões eram apenas duas. Em primeiro lugar, formar partidos comunistas que se colocassem em estreito vínculo com os operários. Em segundo lugar, dar apoio ao movimento nacional-revolucionário contra o imperialismo. Aqui se apresentava uma grande diferença tática entre os países desenvolvidos e os atrasados. Nos países ditos coloniais e semicoloniais, a “frente única” não era reivindicada, tampouco a luta por reclamações econômicas e imediatas, como forma de se aproximar do movimento operário. A luta fundamental permanecia pela “libertação nacional”. Mas as discussões sobre os países coloniais não se esgotaram nessas duas tarefas gerais.

Durante o IV Congresso se produziu o segundo documento que tratou especificamente da América do Sul. Trata-se de um breve artigo que foi publicado em 20 de janeiro de 1923 pela Revista *La Correspondance Internationale*, sob o título de “A los obreiros y campesinos de América del sur”. Mais uma vez o documento não foi assinado. A Comintern reafirmou a influência do imperialismo americano na região que, “foi o único que fortaleceu seu poder durante a guerra” e se tornou “a mais forte potência imperialista” (COMITÊ, *Apud* Löwy, 1999a, p. 83). Essa passagem pode parecer demasiada óbvia para nós, mas é uma afirmação que no início da década de 1920 requeria uma bela análise da conjuntura econômica internacional, pois naquele momento a influência econômica dos EUA ainda não havia se consolidado.

As burguesias nacionais foram caracterizadas como forças auxiliares da dominação estrangeira, pois eram elas que desempenhavam o papel de repressão direta quando as forças

proletárias e camponesas se levantavam pela libertação nacional. Nessas condições, os comunistas não poderiam contar com as burguesias nacionais, pois estas, dóceis e submissas ao imperialismo atuavam ao lado da contrarrevolução.

A análise econômica e política da região foi, mais uma vez, bastante superficial. Trata-se de uma caracterização geral, bastante breve e precária, que não levava em conta as especificidades regionais. A ausência de uma análise minuciosa revela que em 1922, a América do Sul ainda era uma terra desconhecida para a Comintern. Pode-se alegar que não existiam condições materiais para se traçar essa pesquisa, mas também não se pode perder de vista o fato de que a espera de uma revolução na Europa, realmente deixava a América do Sul para um segundo plano.

Na última parte do texto, intitulada “O dever do proletariado da América do Sul”, se destacou que os países da região ainda não tinham organizações de luta disciplinadas e que faltava unidade para a ação. Assim, a palavra de ordem imediata era pela criação e fortalecimento dos partidos comunistas: Clamou-se pela união dos operários e camponeses para luta contra as forças da burguesia nacional e internacional. “A luta contra vossa própria burguesia será cada vez mais a luta contra o imperialismo mundial” (COMITÊ, *Apud* Löwy, 1999a, p. 85). Os adversários a serem combatidos foram identificados, mas não se apresentou nenhuma tática específica para essa luta. Da mesma forma, não se apresentou o caráter da revolução latino-americana. O texto é bastante genérico e evidencia a ausência de uma análise mais aprofundada da região.

Considerações finais

Em seus quatro primeiros congressos a Comintern pensou a revolução para além do mundo europeu a partir da chamada “questão colonial”. Os debates se centraram na caracterização das lutas no oriente, mas também se teceu considerações importantes sobre o continente latino americano. As teses ressaltavam que não se tratavam de povos efetivamente colonizados, mas de países que já tinham se libertado do domínio político das metrópoles. Todavia, viviam sobre a dependência econômica das potências imperialistas, fornecendo matérias-primas e sem condições para um desenvolvimento industrial autônomo. A luta destes povos era apresentada dentro dos limites da “libertação nacional”, contra a ação imperialista e contra as burguesias nacionais que estavam associadas a burguesia internacional.

O que marcou estes primeiros estudos foi justamente o caráter genérico e a ausência de uma investigação mais particular que avançasse na caracterização tática e estratégica da luta nestes países. Não obstante, após o IV Congresso em 1922, a “questão colonial” ficou esquecida e só foi retomada durante os debates sobre a Revolução Chinesa (1925-1927) e reapareceu em sua forma dogmática no VI Congresso em 1928. Já sob o domínio da fração stalinista se consolidou a interpretação de que a revolução nos países ditos “coloniais” e “semicoloniais” tinha um caráter “democrático burguês”. Contrariando as teses de Lenin e Roy de 1920, defendeu-se a partir de 1928, a necessidade histórica de se cumprir uma etapa burguesa.

A Comintern apontou que entre a fase democrático-burguesa e a revolução propriamente socialista existia um

determinado espaço de tempo que não era determinado de antemão. As teses do VI Congresso, acabaram por estabelecer uma concepção etapista da revolução. Assim, lançou-se a tese de que o processo revolucionário deveria se dar em dois momentos distintos. Na primeira fase, devido ao atraso desses países, a tarefa era de libertação nacional e anti-imperialista. Só num momento posterior, a revolução poderia ter um caráter operário e socialista. Nesse sentido, sob o domínio stalinista, a Internacional passou a atuar de forma claramente contrarrevolucionária, com o objetivo de impedir e frear a revolução nos países orientais e latino-americanos. Por trás desta proposta estava o interesse da burocracia em evitar novos conflitos com os países imperialistas, mantendo a revolução isolada.

Referências

BROUÉ, Pierre. *História da Internacional Comunista (1919-1934)*. Tomo I. São Paulo: Sundermann, 2007.

CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lenin a Stalin: (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Comité Ejecutivo de la Internacional Comunista. *Tesis sobre la unidad del frente proletário*. 1921. Terceiro Congresso da Internacional Comunista Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/comintern/spanish/1921_ecci_united_front_theses_spanish.html. Acesso em 25 de julho de 2015.

COMITE Ejecutivo da Internacional Comunista. **Aos operários e camponeses da América do Sul**. In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina, uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999a.

COMITÊ Ejecutivo da Internacional Comunista. **Sobre a revolução na América**. In: LÖWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina, uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999b.

LENIN, V. I. *Projeto de teses preliminares*: as questões nacional e colonial. 1920. Segundo Congresso da Internacional Comunista. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/enin_1920_5_june_second_congress_comintern_colonial_and_national_question_draft_portuguese.html. Acesso em 25 de julho de 2015.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão*. A revolução mundial e o Brasil: 1922-1935. 2 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

ROY, M. N. *Teses suplementares*. 1920. Segundo Congresso da Internacional Comunista. Disponível em: <http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/>

[enin_1920_5_june_second_congress_comintern_colonial_and_national_question_draft_portuguese.html](http://ciml.250x.com/archive/lenin/portuguese/enin_1920_5_june_second_congress_comintern_colonial_and_national_question_draft_portuguese.html). Acesso em 25 de julho de 2015.

TROTSKI. *Manifesto da Internacional Comunista aos proletários do mundo inteiro*. PRIMEIRO Congresso da Internacional Comunista. 1919. Disponível em: http://ciml.250x.com/archive/comintern/portuguese/first_congress_comintern_documents_portuguese.html. Acesso em 21 de abril de 2016.

Recebido em 2018-06-24
Publicado em 2018-09-18